

## DE HISTORIADORES E DA HISTÓRIA NO ESTADO NOVO: RESPOSTA A ALGUNS COMENTÁRIOS

*Angela de Castro Gomes*

Clementina, como seria de esperar, foi atenta e sensível ao centrar seus comentários na idéia básica do texto: aquela que destaca o investimento da política cultural estado-novista na articulação de uma cultura histórica para o “novo” Brasil que se buscava construir. Ou seja, no delineamento e na divulgação ampliada de um “lugar” muito especial para o que se considera e define, no período, como o “passado” do povo brasileiro. Passado este (histórico e folclórico) que poderia e deveria funcionar como mais um dos elementos de identidade e coesão de nossa nacionalidade, ao lado da língua, da religião, do sistema educacional, dentre alguns dos mais significativos.

A sua maior objeção é que se fale “no singular” de cultura histórica. Numa perspectiva específica, eu concordo inteiramente com a crítica; em outra, nem tanto... Por isso, é preciso ficar claro que, quando falo de cultura histórica “no singular”, estou me referindo à construção estado-novista, ela mesma não inteiramente homogênea e desprovida de brechas e tensões, já que é constitutivo do aparelho de Estado a disputa entre instâncias de poder, o que produz diversidade e abre espaço para mudanças sociais, inclusive aquelas cuja pressão vem “de fora” da burocracia do Estado, de forma mais ou menos explícita.

É apenas neste sentido estrito que é útil pensar em cultura histórica no singular, sem contudo entendê-la como um bloco inteiramente coeso, mas apenas como uma diretriz que tem objetivos de fundo bem claros e definidos e que está sendo implementada de forma múltipla e, no caso, muito ambiciosa. Aí certamente se insere o trabalho do SPHAN e também do Instituto Nacional do Livro e de outros órgãos públicos, não tratados no texto por questão de recorte de análise, mas não ignorados na contribuição

específica que dão ao projeto cultural mais abrangente. Este, por sua vez, deve igualmente ser articulado ao projeto político ideológico maior, que tem na política social trabalhista, por exemplo, um ponto nodal, e que também se articula às políticas públicas da área econômica e das relações internacionais, como sabemos. Aí está, a meu ver, uma das mais sólidas razões do impacto da política estado-novista na história do Brasil. Para além do uso da coersão, que não foi pequeno, houve um bem articulado projeto político e nele o Estado investiu pesadamente, com objetivos de curto, médio e longo prazos. Pode-se, sem dúvida, discordar de tais objetivos e lamentar suas tão longas heranças. Mas não se pode ignorá-los, sobretudo porque envolveram uma cuidadosa busca do consentimento da população e sustentaram-se na realização de políticas que, de fato, significaram conquistas materiais e simbólicas, até hoje registradas na memória nacional como positivas.

Dizer, portanto, que o Estado Novo nada criou do “novo” por estar articulando elementos de um repertório cultural em grande parte já existente, não é frutífero teoricamente. Isto porque é exatamente ao alterar a “posição” dos elementos em um campo político, que se altera todo o seu sentido, podendo-se produzir algo bastante “novo”, com a introdução e a supressão (é bom não esquecer) de muito pouco ou quase nada. Aliás, geralmente, é o que acontece em termos de política cultural (e também de outras políticas públicas), em que há limites impostos pela identidade do grupo que se deseja alterar, preservando-se a continuidade responsável pelo auto-reconhecimento.

Entretanto, Clementina tem a mais absoluta razão quando implica com o singular, ainda mais no campo cultural. Neste caso, eu a acompanho duplamente. Em primeiro lugar, porque subscrevo a idéia de que certamente havia outras propostas de construção/definição de passado histórico sendo geradas durante o Estado Novo e geradas “fora” do controle de “sua” burocracia e que não foram mencionadas, nem estudadas por mim. O campo cultural é sempre, a meu ver, um campo privilegiado da luta política e, se o Estado está valorizando muito esta dimensão, ela se torna ainda mais estratégica para a competição e a oposição políticas.

Em segundo lugar, como Clementina ressalta bem, porque não considere, no texto, o terreno da recepção cultural e compartilho da posição teórica de que esta é sempre uma atividade criadora/transformadora e nunca espelhada e passiva. Logo, procurar mapear a proposta de cultura histórica do Estado Novo não pode significar jamais que ela está sendo processada acriticamente, quer seja pelos historiadores e outros intelectuais (literatos, artistas plásticos, sociólogos, etc.), quer seja pela população em geral, todos alvos do amplo esforço político então desencadeado. Tal fato, contudo, não minimiza

a importância do esforço de se construir tal proposta, mas apenas o qualifica e abre possibilidades para se pensar a recepção em bases mais sólidas e ricas: como uma interlocução entre propostas; como múltiplos diálogos entre culturas históricas, no plural. Os resultados destas interlocuções têm assim, certamente e felizmente, grandes margens de imprevisibilidade, constituindo-se numa das características constitutivas da ação política: ela é planejada, mas comporta sempre desdobramentos não previstos por seus formuladores. Neles se radicam tanto as raízes da incerteza quanto as fontes da mudança social. Ainda bem.